

# DIREITO ADMINISTRATIVO I

## Tópicos de Correção

exame final/ turma A / 13.01.09/ 14.00 horas

Regente: Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Cotações: 20: (I = 10 [5 x 2]; II = 5; III = 3 [3 x 1]; redacção e sistematização = 2)

### I

Pretende-se que o examinando, relativamente às questões da hipótese:

- a) analise a verificação de quórum e as condições normativas de inclusão de matérias na ordem de trabalhos, problematizando o carácter ordinário ou extraordinário da reunião; discuta o problema relativo ao artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, relativamente a saber se os dois terços aí previstos são dos membros presentes ou dos membros efectivos; discuta a questão de o Presidente ser ou não interessado na matéria e poder ou não intervir; tire consequências quanto à legalidade da deliberação e ao seu eventual valor jurídico negativo;
- b) na ausência de habilitações específicas para a delegação, procure habilitações genéricas em que a presente delegação possa sustentar-se, apresentando-as; avance com a hipótese da habilitação genérica constante do n.º 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo; distinga entre administração ordinária e administração extraordinária, no âmbito do n.º 2 e do n.º 3 do referido artigo 35.º, analisando se a delegação de competência em causa se materializa num exercício da competência que caiba dentro dos limites assim criados para a habilitação genérica; tire conclusões quanto à legalidade da coima sob a perspectiva da competência, nesta matéria;
- c) analise e relacione a circunstância de o conteúdo do acto resultar de uma abertura normativa com um limite máximo e um limite mínimo e o facto de o acto ultrapassar o primeiro limite; faça a relação entre limites internos (imanes) e externos da margem de livre decisão, nesta modalidade de discricionariedade, aplicando-a ao caso; refira que a aplicação do princípio da proporcionalidade, em princípio, é consumida pelos limites da própria norma sancionatória e que o juízo de valor feito sobre a gravidade da infracção à luz desse princípio extravasa já as condições normativas de decisão administrativa; tire conclusões quanto à legalidade do acto, censurando a fundamentação feita pelo seu autor;
- d) comente o vínculo inter-organico entre o Presidente do Conselho Executivo e o próprio órgão colegial criado pela delegação de competências, problematizando se o mesmo é acompanhado ou não de outro vínculo inter-organico, nomeadamente a hierarquia; analise qual o tipo de conteúdo jurídico inter-organico em que consiste uma indicação de revogação de um acto, especificando se é uma ordem, uma instrução ou uma directiva; refira que na delegação de competências, o delegado não se encontra numa situação de obediência e que, por isso, pode legitimamente recusar uma ordem do delegante; refira se o delegante pode revogar o acto praticado pelo delegado e qual a habilitação normativa dessa faculdade; discuta se essa faculdade apenas permite a revogação *stricto sensu* ou se, diferentemente, permite a prática

de revogações modificativas e ou se estas decorrem de outra faculdade do delegante, conjugada ou não com a primeira;

e) explicita em que consiste a reserva de densificação normativa, equacionando o problema da legalidade em branco e o significado da legalidade substancial; analise a norma de competência que permite tudo fazer dentro das atribuições do sujeito à luz desse problema; adicione à questão a problema das competências implícitas e relacione a titularidade das mesmas no quadro de sujeitos que têm órgãos executivos e deliberativos, por forma a avaliar o carácter constitutivo ou declarativo da competência atribuída do referido modo; defina os graus e os critérios, cientificamente utilizados, para mensurar a densificação normativa e retire conclusões quanto à constitucionalidade da norma de competência em causa.

## II

Pretende-se que o examinando, relativamente a cada uma das frases para comentar, equacione e problematize as seguintes questões:

a) o contexto material da frase, explicitando a abordagem feita do princípio da legalidade e a relação que se faz do mesmo com o Estado social; a contraposição entre os dois conceitos de legalidade apresentados com o entendimento que do princípio é feito na ciência jurídica portuguesa, nomeadamente quanto às suas vertentes; a definição do conteúdo dessas vertentes com a explicitação do que delas decorre para a actividade administrativa, nomeadamente como limitações de actividade e de exercício de condutas jurídicas; a análise sobre se todo o direito administrativo português está submetido a ambas as vertentes ou se, diferentemente, há sectores de actividade ou zonas do mesmo em que a legalidade é mais ou menos exigente; a avaliação sobre a questão de fundo da frase, relativamente a saber se os dois conceitos de legalidade podem ser tidos como pólos opostos em que, no meio dos quais, há níveis de legalidade intermédios, ou se são níveis estanques sem qualquer relação gradativa, avaliação que deve ser feita no âmbito do direito português e justificada;

b) o contexto material da frase, relacionando a actividade administrativa exercida ao abrigo do direito público e a actividade exercida ao abrigo do direito privado; a análise do trecho em que o autor refere que a administração aparece como um sujeito privado, fazendo referência aos sujeitos privados administrativos e salientando que a actividade de direito privado não se esgota na fórmula organizatória e subsequente actividade jurídico-privada, mas também na utilização do direito privado por pessoas administrativas públicas; a dependência do direito administrativo na utilização do direito privado e a consequente análise da legalidade administrativa na matéria; na sequência da questão anterior, o problema da reserva constitucional de direito administrativo para a função administrativa e a questão que daí decorre para a

utilização do direito privado nessa função estadual; o relevo actual da matéria e as justificações que, cientificamente, têm sido apresentadas para a utilização do direito privado pela administração pública.

### III

Pretende-se que o examinando, relativamente a cada um dos conceitos:

- a) enquadre no contexto da administração pública a categoria da administração independente; especifique as suas características identificadoras; autonomize a administração independente reguladora e explique os seus traços diferenciadores, nomeadamente contrapondo com outra (ou outras) espécie(s) de administração independente;
- b) enquadre a faculdade de supervisão dentro dos poderes do superior hierárquico; defina a faculdade em causa, explicitando o seu conteúdo; analise as circunstâncias e condicionamentos do seu exercício, nomeadamente quando é espontâneo ou provocado;
- c) especifique que se trata de um termo de uma classificação de órgãos; indique o termo a que se contrapõe; defina o conteúdo do conceito, dê exemplos, no quadro da administração pública portuguesa, de órgãos que se subsumam ao conceito;
- d) enquadre a faculdade do delegante em causa dentro dos poderes do delegante; explicito o seu conteúdo e descreva em que consiste o seu exercício; eventualmente, que relacione com a revogação da delegação, estabelecendo diferenças e semelhanças;
- e) explicito o conceito de limites imanescentes, dizendo em que consistem e qual a função que exercem no contexto do exercício da margem de livre decisão; dê exemplos de normas que se enquadram dentro do âmbito do conceito de limites imanescentes; eventualmente, especifique uma delas e demonstre como actua como limite da margem de livre decisão.